O Brasil está preparado para o crescimento da população com deficiência?, por Luciana Trindade

Publicado em 20/07/2026

Autora: LUCIANA TRINDADE DE MACEDO
Secretária Nacional – PSB Inclusão.

Compartilhe!



Foto: Reprodução

"Os maiores desafios de um país nem sempre surgem de repente. Alguns crescem silenciosamente, até que deixam de ser uma questão setorial e passam a desafiar toda a estrutura do Estado."

Durante décadas, a deficiência foi tratada no Brasil como um tema restrito às políticas de assistência social e aos direitos humanos. Avançamos muito desde a Constituição Federal de 1988. A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, incorporada ao ordenamento jurídico brasileiro com status constitucional, e a Lei Brasileira de Inclusão consolidaram uma mudança de paradigma: a deficiência deixou de ser compreendida exclusivamente como uma condição individual e passou a ser reconhecida como resultado da interação entre impedimentos e as barreiras impostas pela sociedade.

Essa mudança representou um enorme avanço jurídico e social. No entanto, um novo desafio começa a se desenhar diante do país, ainda pouco debatido: o crescimento contínuo da população com deficiência e seus impactos sobre as políticas públicas brasileiras.

A pergunta que precisa ser feita não é apenas quantas pessoas com deficiência existem hoje no Brasil. A questão mais importante é outra: o Estado brasileiro está preparado para responder às necessidades dessa população nas próximas décadas?

Essa reflexão vai muito além da assistência social. Ela envolve saúde, educação, trabalho, mobilidade, habitação, inovação, previdência, planejamento urbano, mudanças climáticas e desenvolvimento econômico. Em outras palavras, trata-se de um desafio que atravessa praticamente todas as áreas da administração pública.

Uma transformação silenciosa

O aumento da população com deficiência não decorre de um único fator. Ao contrário, resulta da convergência de diversas transformações demográficas, epidemiológicas e sociais.

O primeiro fator é o envelhecimento da população brasileira. Nunca o país envelheceu tão rapidamente. Com o aumento da expectativa de vida, cresce também a incidência de limitações funcionais, deficiências sensoriais, doenças neurodegenerativas e condições que comprometem a autonomia das pessoas.

Outro fenômeno relevante é a ampliação dos diagnósticos do Transtorno do Espectro Autista (TEA). O avanço do conhecimento científico, a melhoria dos critérios diagnósticos e a ampliação do acesso aos serviços de saúde permitiram que milhares de brasileiros passassem a ter um diagnóstico que antes não recebiam. Não significa, necessariamente, que o autismo esteja surgindo agora, mas que ele passou a ser identificado e reconhecido com maior precisão.

Ao mesmo tempo, a medicina possibilitou que pessoas que, décadas atrás, dificilmente sobreviveriam, hoje tenham expectativa de vida muito maior. Prematuros extremos, pessoas com doenças raras, vítimas de acidentes graves, câncer, AVC e outras condições clínicas vivem mais e demandam políticas públicas voltadas à reabilitação, acessibilidade, educação e inclusão.

Também não se pode ignorar o impacto dos acidentes de trânsito. O crescimento da frota de motocicletas trouxe consigo um aumento expressivo dos traumatismos graves, amputações e lesões medulares, que

frequentemente resultam em deficiência permanente e exigem respostas articuladas do Estado.

Cada um desses fenômenos, isoladamente, já representa um desafio importante. Somados, revelam uma transformação estrutural que alterará o perfil da população brasileira nas próximas décadas.

O debate que ainda não aconteceu

Apesar dessa mudança, o debate público permanece concentrado, quase sempre, em uma única questão: os benefícios assistenciais.

Sempre que o tema da deficiência ganha espaço na agenda nacional, o foco costuma recair sobre o Benefício de Prestação Continuada (BPC), aposentadorias, isenções tributárias ou judicialização.

Esses debates são legítimos. Afinal, a proteção social é indispensável para milhares de brasileiros em situação de vulnerabilidade.

No entanto, limitar a política pública da deficiência à discussão sobre benefícios significa observar apenas a consequência, e não as causas que levam tantas pessoas a dependerem exclusivamente dessas políticas.

Uma pergunta raramente aparece nesse debate:

O que o Estado brasileiro está fazendo para ampliar a autonomia das pessoas com deficiência ao longo de toda a sua trajetória de vida?

Essa é uma questão decisiva.

Quando o benefício se torna a única política pública

O Benefício de Prestação Continuada representa uma conquista civilizatória e deve ser preservado como instrumento de proteção social para quem dele necessita.

Mas é preciso refletir sobre uma realidade incômoda.

Em muitas regiões do Brasil, especialmente nos municípios de menor porte, pessoas com deficiência enfrentam dificuldades para acessar diagnóstico precoce, reabilitação, educação inclusiva, transporte acessível, tecnologia assistiva, qualificação profissional e oportunidades de trabalho.

Quando essas políticas falham ou simplesmente não existem, a trajetória de exclusão tende a se consolidar desde a infância.

Nesse contexto, o BPC deixa de ser apenas uma rede de proteção social e passa a representar, muitas vezes, a única política pública efetivamente presente na vida dessas pessoas.

Essa constatação não diminui a importância do benefício. Pelo contrário. Ela evidencia que a proteção social acaba assumindo responsabilidades que deveriam ser compartilhadas com políticas de educação, saúde, trabalho, desenvolvimento econômico e acessibilidade.

Talvez a pergunta não seja quanto o Estado gasta com o BPC, mas por que tantas pessoas chegam à vida adulta sem que lhes tenham sido oferecidas oportunidades reais de desenvolver sua autonomia.

A deficiência como questão de desenvolvimento

Costumamos tratar a deficiência como um tema relacionado aos direitos humanos, e ela realmente é.

Mas talvez seja hora de reconhecer que ela também constitui uma questão de desenvolvimento nacional.

Uma criança que recebe estimulação precoce, frequenta uma escola inclusiva, tem acesso à tecnologia assistiva e encontra oportunidades de qualificação profissional possui perspectivas muito diferentes daquela que cresce enfrentando barreiras desde os primeiros anos de vida.

As capacidades individuais podem ser semelhantes. O que muda é a presença — ou a ausência — de políticas públicas capazes de remover obstáculos e ampliar oportunidades.

Essa lógica dialoga diretamente com o conceito de desenvolvimento humano: investir em inclusão não beneficia apenas as pessoas com deficiência, mas fortalece a economia, amplia a participação no mercado de trabalho, reduz desigualdades e melhora a qualidade de vida de toda a sociedade.

Um desafio de Estado

Talvez o maior equívoco seja continuar tratando a deficiência como uma política setorial.

Na prática, ela envolve praticamente todos os ministérios, governos estaduais e municípios.

Uma política efetiva para pessoas com deficiência depende de ações coordenadas em saúde, educação, assistência social, transporte, habitação, trabalho, inovação, ciência, esporte, cultura, planejamento urbano, defesa civil e gestão de riscos climáticos.

Poucos temas exigem tamanha articulação institucional.

No entanto, a estrutura estatal brasileira ainda opera de forma predominantemente fragmentada, com políticas que muitas vezes não dialogam entre si.

Essa fragmentação produz sobreposições, lacunas e desperdícios de recursos, dificultando a construção de estratégias nacionais de longo prazo.

O futuro começou

O Brasil já enfrenta desafios complexos relacionados ao envelhecimento populacional, às mudanças climáticas, à transformação digital e à sustentabilidade fiscal.

A expansão da população com deficiência precisa ser compreendida dentro desse mesmo horizonte estratégico.

Não se trata de prever uma crise, mas de reconhecer uma realidade demográfica e social que já está em curso.

Quanto mais o país adiar esse debate, maior será o risco de continuar reagindo aos problemas apenas quando eles se tornam urgentes.

Planejar significa agir antes que os desafios se imponham.

Uma pergunta que não pode mais ser adiada

O Brasil construiu um importante marco jurídico de proteção às pessoas com deficiência. Esse patrimônio deve ser preservado e ampliado.

Mas os desafios das próximas décadas exigirão mais do que boas leis.

Exigirão capacidade de planejamento, integração entre políticas públicas, produção de dados, avaliação de resultados e uma visão estratégica de longo prazo.

Talvez a pergunta mais importante não seja quantas pessoas com deficiência haverá no Brasil daqui a vinte anos.

A pergunta que realmente importa é outra:

Estamos preparando o Estado brasileiro para essa realidade ou continuaremos apenas respondendo às suas consequências?